

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

Senhor PRESIDENTE da Comissão de Educação e Cultura do Senado, Senador Cyro Miranda, Senhor RELATOR Senador Aloisio Nunes Ferreira, senhoras e senhores Senadoras e Senadores.

Eu ingressei na Agência Nacional do Cinema em março de 2007 como Assessor da Diretoria Colegiada, e desde então participei ativamente da formulação das principais ações de regulação, fomento, e na gestão da agência. Antes disso, atuei no Ministério da Cultura, na Secretaria de Cultura da Prefeitura de São Paulo, no GT de Cultura do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC e na Gerência de Cultura de Ribeirão Pires.

Essa trajetória na Administração Pública foi motivada pela minha experiência como dramaturgo, diretor e produtor nas Artes Cênicas, e pela percepção de que essa experiência poderia contribuir na formulação de políticas públicas de cultura que trouxessem maior sustentabilidade para as atividades culturais.

Nessa trajetória, fui percebendo que o papel do Estado diante da Cultura é aquilo que o antropólogo argentino Néstor García Canclini nos ensinou: “Não cabe ao Estado indicar aos artistas o que eles devem compor, pintar ou filmar, mas ele tem responsabilidade sobre o destino público desses produtos para que sejam acessíveis a todos os setores e para que a diversidade cultural possa ser manifestada e apreciada”.

Quando o Poder Público coloca seu foco no cumprimento estrito dessa responsabilidade o resultado é justamente a criação das condições objetivas para que a atividade cultural alcance sustentabilidade, e acredito que, em que pese as grandes dificuldades e lacunas ainda existentes, a ANCINE tem dado uma importante contribuição para o setor audiovisual nesse sentido.

Considerando um período entre 2008 e 2012, quando todos os mecanismos de fomento operados pela agência estavam em plena atividade, segundo dados disponíveis no Observatório do Cinema e do Audiovisual da ANCINE (O.C.A.), o crescimento na renda para filmes nacionais foi de mais de 126%, e o público foi de 8.820.706 para

15.561.688, um crescimento de 76,4%, e isso sem poder contar com o aumento expressivo no número de salas de exibição, pois no período fomos de 2.278 salas para 2.517, pouco mais de 10% de crescimento e o preço médio do ingresso subiu cerca de 35%.

Segundo indicadores disponíveis no Portal ANATEL, a média anual de crescimento da base de assinantes da TV paga tem girado em torno de 24%, sendo que em 2012, o Brasil fechou o ano com 16,2 milhões de domicílios com TV paga. Considerando-se o número médio de 3,3 pessoas por domicílio, que é o utilizado pelo IBGE, os serviços de TV por Assinatura são distribuídos para aproximadamente 53,4 milhões de brasileiros e estão presentes em mais de 27% dos domicílios do País.

Todo esse contingente vem tendo acesso a conteúdos audiovisuais brasileiros, em grande medida, por que a política de fomento se pauta por favorecer a parceria entre os produtores audiovisuais e as programadoras de TV Paga.

Ainda segundo a ANATEL, o acesso à Banda Larga foi de 2,6 milhões a 5,8 milhões, o que perfaz um crescimento de 123% no período analisado. É claro que esse crescimento não pode ser associado exclusivamente à fruição de conteúdos audiovisuais, mas sabemos que é cada vez maior o hábito de utilizar a internet para assistir vídeos.

Há um crescimento significativo do setor audiovisual no Brasil, e os números de 2013 aumentam a esperança de que seja um crescimento sustentável, pois segundo informativo disponibilizado no O.C.A., nos três primeiros trimestres de 2013 foram lançadas 81 obras brasileiras de longa metragem, o que corresponde aproximadamente ao número observado em todo o ano de 2012, e representa crescimento de mais de 40% em relação à média da quantidade de lançamentos para o mesmo período dos últimos anos.

Outro indicador importante é que cresceu o número de salas ocupadas por lançamentos brasileiros em relação ao mesmo período nos anos anteriores, mostrando que o segmento de exibição está ampliando sua aposta no filme brasileiro.

Para as empresas distribuidoras brasileiras o cenário é o mesmo, e também a aposta, pois o aumento de 20% na sua renda é resultado direto do aumento de 116% no público para os filmes brasileiros por elas distribuídos.

Interessante é observar que, diferente do que aconteceu em 2010, este ano não tivemos a ocorrência de um fenômeno como o filme Tropa de Elite 2 vendendo sozinho mais de 11 milhões de ingressos, mas nove obras que ultrapassaram um milhão de espectadores.

Na TV paga, além de assistirmos cada vez mais obras brasileiras no horário nobre, há o surgimento de novos canais de programadoras brasileiras independentes que começam a se firmar no mercado. Os serviços de vídeo sob demanda já representam 17% do faturamento das operadoras, e a estimativa é de que até 2017, representem 35%, fato que pode indicar uma mudança de hábito do consumidor que tende a ser massificado com a ampliação da Banda Larga e do acesso à internet.

Esse conjunto de fatores indica que presenciamos um efetivo crescimento do consumo de audiovisual nos segmentos de exibição, televisão e internet, e o mais importante é que ele vem acompanhado de um aumento na demanda por conteúdo brasileiro, mas ainda cabe perguntar o que está acontecendo de fato em 2013? Será mais um ano atípico como em 2010? Ou estamos alcançando um novo patamar para o audiovisual brasileiro no mercado?

Ainda é cedo para dar essa resposta, mas um primeiro indicador da contribuição que a ANCINE vem dando para que este seja o sinal de um novo patamar para o nosso audiovisual está na ampliação de recursos disponibilizados.

Nos últimos cinco anos foram captados, em média, cerca de 180 milhões de reais ao ano por meio dos mecanismos de incentivo com base na renúncia fiscal, e no Fundo Setorial do Audiovisual passamos de um investimento efetivo de R\$ 29.485.586,00 no biênio 2008/2009 para R\$ 130.579.244,00 no biênio 2012/2013, perfazendo um aumento de 342,86%.

Mas o volume de dinheiro investido no setor não explica a atuação da agência, nem por que essa atuação pode estar ajudando o desenvolvimento sustentável do setor, para isso é preciso entender como a ANCINE vem estruturando sua ação regulatória.

Uma das primeiras contribuições dadas pela agência está no fato dela reconhecer quem são os agentes econômicos que atuam nesse setor, registrando as empresas segundo seu segmento de atuação, as obras produzidas segundo a sua tipologia, analisando os contratos que tratam da partição de direitos e estabelecem modelos de negócio, entre outras atividades.

Dessa forma passou a ser possível acompanhar as operações comerciais estabelecidas no mercado e suas transformações, dando visibilidade a um setor importante da economia sobre o qual, antes, havia pouca informação sistematizada disponível.

Mais do que monitorar ou controlar, a atividade regulatória proporciona que a ANCINE hoje possa conhecer esse mercado, e esse conhecimento fornece a orientação inclusive das ações de financiamento. Um sinal dessa orientação regulatória é como se busca atingir de forma sistêmica todos os elos das cadeias produtivas do audiovisual, ultrapassando o paradigma histórico das políticas de fomento à cultura no Brasil, que quase sempre se limitaram ao fomento à produção de obras.

Outro resultado direto do conhecimento trazido pela ação regulatória é a cultura de planejamento estratégico adotada na gestão na agência, pois quanto maior for a previsibilidade das ações do agente regulador, mais se permite que o agente regulado planeje suas atividades com antecedência, gerando ciclos produtivos mais longos e mais consistentes.

A ANCINE iniciou seu processo de Planejamento Estratégico em 2008, processo esse que acabou resultando na elaboração de uma agenda regulatória consistente, e contribuiu para a fundamentação do Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual, debatido e aprovado pelo Conselho Superior de Cinema, que vai orientar as atividades do setor privado e do Estado até 2020.

Os avanços na gestão são percebidos também pelo investimento na qualificação dos servidores, pelo esforço na construção e qualificação dos sistemas de informações, e pela adoção de boas práticas como a Análise de Impacto Regulatório, entre outras providências.

A adoção de boas práticas de gestão, a produção de conhecimento sobre o setor, o pensamento sistêmico que orienta as ações de fomento, e a cultura de planejamento estratégico, são os elementos que, ao meu juízo, estão determinando que hoje a ANCINE esteja fornecendo segurança institucional para que o setor dispute uma posição de relevância para o audiovisual brasileiro tanto no mercado interno quanto externo.

Ainda existem enormes dificuldades a superar, e certamente há insatisfações em relação à atuação da agência que eu não ignoro, mas ao longo desses quase sete anos venho testemunhando o real esforço do corpo técnico e dirigente da ANCINE, assim como dos profissionais do audiovisual, para encontrar as melhores soluções e enfrentar os desafios. Desafios esses que se ampliaram em função da promulgação da Lei 12.485 que trouxe novas atribuições para a ANCINE e uma nova realidade para esse mercado, e também em função das rápidas e profundas mudanças que ocorrem nos modos de produção, em virtude da convergência tecnológica e da expansão da internet no Brasil e no mundo.

Os desafios que temos pela frente são muitos, e sem pretender dar conta de todos, enumero alguns que entendo que merecem destaque por tratarem de lacunas ainda existentes na ação da agência que, se enfrentados, poderão fornecer mais ferramentas para que o setor audiovisual se estruture e se fortaleça.

O primeiro destaque que faço é para a necessidade de qualificar a relação da agência com o usuário.

Nos últimos anos, o Cinema e o Audiovisual têm conquistado um número crescente de consumidores, e a produção brasileira em especial amplia sua visibilidade. Isso implica que, a cada dia que passa, o órgão regulador também se torne mais presente na vida dos usuários dos serviços audiovisuais, e penso que será necessário aprofundar esse

relacionamento, contemplando o espírito que rege a lei 12.527/11, que amplia o Acesso à Informação.

O foco de toda agência reguladora deve ser o usuário, e precisamos conhecer melhor as necessidades desses consumidores, mas acima de tudo, dar a conhecer a eles seus direitos em relação aos serviços que utilizam.

Algumas ações importantes para atingir esse objetivo são fortalecer a Ouvidoria, a política de Comunicação, estruturar melhores sistemas de informação, e ampliar o alcance e diversificar o conteúdo do Observatório do Cinema e do Audiovisual, passando a informar regularmente indicadores relacionados ao mercado, assim como indicadores do desempenho dos serviços prestados pela agência.

Outro elemento relevante será a implantação de câmaras técnicas, já previstas para 2014, e a minha experiência profissional me mostrou que a participação da sociedade ajuda a qualificar a gestão das políticas públicas, mas para isso é preciso evoluir para uma cultura de corresponsabilidade entre sociedade e Estado, de construção compartilhada de soluções viáveis.

Outro ponto importante está na necessidade de reinventar a burocracia.

A realização de uma obra, evento ou serviço de natureza cultural é um processo coletivo de construção que necessita da capacidade criativa dos envolvidos, e almeja produzir determinados efeitos de comunicação sobre a audiência que podem ser conquistados de diversas formas e por meio de diversas estratégias estéticas, que resultam em diversas estratégias negociais que o gestor do recurso tem que administrar sem dominar previamente todas as variantes com que irá operar.

Os processos produtivos típicos das indústrias culturais como a do audiovisual costumam requisitar maior precisão no planejamento prévio, por envolverem agentes econômicos mais estruturados, maiores volumes de recurso e compromissos com prazos de entrega, mas também necessitam da concorrência de talentos diversos, e um esforço de administração do jogo criativo, implicando que aquela variabilidade

intrínseca não desapareça, pois é constitutiva do objeto “Cultura” e determina também um alto grau de variabilidade na gestão dos recursos financeiros, técnicos e humanos necessários à sua realização.

No entanto, os procedimentos burocráticos do Poder Público para lidar com esse objeto não partem da observação da sua natureza intrínseca para buscar traduzi-la em mecanismos de controle e acompanhamento adequados.

É preciso realizar esse esforço, não só no âmbito da ANCINE, mas envolvendo o conjunto das instituições públicas de fomento à Cultura em todos os níveis federativos, os órgãos de controle e o próprio parlamento.

Outro desafio está em sedimentar modelos de negócio baseados na detenção da propriedade intelectual sobre as obras e formatos.

Tão importante quanto criar novas linhas de fomento e disponibilizar mais recursos financeiros, será sedimentar a lógica que preside todo o arcabouço legal do audiovisual no Brasil, e que é central para estruturar o setor: assegurar os direitos patrimoniais sobre as obras financiadas com recurso público aos seus efetivos produtores.

Quando o produtor independente detém o poder dirigente sobre a obra, isso amplia o volume de negócios que as empresas realizam a partir de um único empreendimento, podendo explorar a comercialização de formatos, de elementos derivados, da marca, resultando em um ciclo maior de exploração do conteúdo financiado com recursos públicos, portanto ampliando o acesso da população à diversidade cultural brasileira, e determinando um ciclo virtuoso que é um dos principais fatores a conferir ao setor a sustentabilidade pretendida.

Outro desafio será ampliar e diversificar os espaços de veiculação dos conteúdos audiovisuais.

O setor de exibição cinematográfico inicia o processo de digitalização das salas, o modelo dos multiplex acompanha a expansão dos shoppings centers em direção aos consumidores da classe C, e aos polos de desenvolvimento que surgem no interior do país.

O programa Cinema Perto de Você da ANCINE e BNDES tem dado uma contribuição expressiva para a expansão do setor, mas acredito que além de crescer devemos contribuir para diversificar o parque exibidor, ajudando a encontrar soluções de financiamento que proporcionem o surgimento de grupos com atuação regional, grupos dedicados a nichos específicos de mercado, salas públicas operadas em parceria com grupos privados, salas itinerantes, entre outras soluções possíveis.

No mesmo sentido, existe a necessidade de continuar apoiando o fortalecimento do sistema público de televisão, complementando o arranjo necessário à ampliação do acesso da sociedade brasileira a um conjunto de alternativas de exibição do audiovisual brasileiro.

Em especial, gostaria de destacar a necessidade de nos prepararmos para lidar com o rápido crescimento em importância da internet e das novas mídias como ambientes propícios à geração de negócios para o setor audiovisual. Esse é o ambiente de fruição audiovisual que mais cresce na preferência dos usuários, e novos modelos de negócio muito bem sucedidos já nascem diretamente na internet.

A ampliação e diversificação das janelas de exibição para conteúdos brasileiros vai fornecer a escala que dará suporte ao crescimento da produção e distribuição para todos os tipos de conteúdos, ampliando o acesso da população, o tempo de exploração comercial das obras, e as chances de novos realizadores, programadores, e agregadores de conteúdo surgirem e se afirmarem no mercado.

Destaco também a necessidade de evidenciar a diversidade cultural como premissa das políticas de desenvolvimento.

A missão institucional da ANCINE é estimular o desenvolvimento do mercado cinematográfico e audiovisual, e isso muitas vezes é interpretado como algo que tiraria da agência a necessidade de considerar o aspecto cultural da atividade.

A viabilidade da economia da cultura, portanto também do setor audiovisual, está diretamente relacionada à sua relevância, à sua capacidade de interferir na formação do gosto, de formar plateias, de

dialogar com os signos e valores da sociedade e de dotar o país, cada região do país, de um discurso próprio, uma narrativa própria por meio da qual ela edifica sua própria imagem e se confronta com o mundo.

A viabilidade econômica não existe descolada da relevância cultural, e ambos os aspectos devem ser considerados sempre em conjunto.

Por fim, chamo atenção para o desafio de estimular o desenvolvimento regional.

Até pouco tempo atrás era difícil falar em regionalização do desenvolvimento audiovisual.

Por um lado havia o alto custo dos equipamentos, pouca disponibilidade de mão de obra capacitada, e dificuldade em disponibilizar a infraestrutura necessária para viabilizar a produção de Cinema fora daquele território que o professor Milton Santos chamou de “região concentrada”.

Por outro lado, na TV brasileira predomina um modelo de negócio que se caracteriza pela integração vertical do processo produtivo, e opera a partir de uma emissora cabeça-de-rede associada às retransmissoras, que deixa pouco ou nenhum espaço para que a produção regional e independente se desenvolva.

Essas duas realidades estão mudando rapidamente, em virtude da revolução tecnológica trazida pela digitalização, do surgimento de diversos novos polos de desenvolvimento econômico em todas as regiões do país, e por conta das novas regras trazidas pela Lei 12.485, que guarda parte da programação para obras independentes e parte dos pacotes de TV paga para programadores independentes, estimulando o surgimento de novos atores, e a segregação e especialização de funções em uma economia estruturada por camadas.

O legislador, quando pensou nesta lei, manifestou claramente seu desejo de que o desenvolvimento do audiovisual se regionalizasse no Brasil, fato manifesto no dispositivo que reserva o mínimo de 30% dos recursos criados por essa lei para serem aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, e no dispositivo que reserva 10% desses recursos para

serem aplicados em produções que se destinem à TVs comunitárias e universitárias.

A ANCINE será estratégica para fortalecer a produção que já existe em diversos locais do país e para favorecer o surgimento de novos polos de desenvolvimento audiovisual no Brasil, ajudando a consolidar a regionalização do desenvolvimento cultural e econômico que o país vem se esforçando para realizar há décadas no âmbito do pacto federativo.

Por certo existem outros desafios importantes. Busquei elencar aqui alguns que me parecem centrais para o fortalecimento do papel da ANCINE em relação à sociedade, e que, se enfrentados, podem ajudar a conferir sustentabilidade ao setor.

Conclusão.

O audiovisual brasileiro tem uma história de enorme sucesso e de profunda empatia com o público desde seus primórdios, e hoje vivemos novamente um bom momento nessa relação, com realizadores, gestores e público buscando caminhos para afirmar nossa diversidade cultural por meio da produção audiovisual.

O Congresso Nacional, e o Senado Federal em especial, vêm demonstrando a importância que atribuem a esse setor formulando marcos legais estruturantes tais como a Lei 11.437-06 que criou o Fundo Setorial do Audiovisual, a lei 12.485-11 que ampliou o acesso do público ao audiovisual brasileiro, e a Lei 12.761-12 do Vale Cultura que vai alimentar as cadeias produtivas da Cultura a partir da ponta do consumo e será uma revolução no mercado, entre outras.

Acredito que a ANCINE está construindo algo além de uma agência que se pautar pela eficiência, justiça, moralidade, impessoalidade, e publicidade dos seus atos, e se constituindo numa ferramenta de apoio para que o setor audiovisual brasileiro conquiste cada vez mais sustentabilidade econômica e cada vez mais relevância cultural. Desse modo ela está ajudando a sociedade brasileira a ampliar e garantir o acesso aos seus direitos culturais, dando assim uma importante contribuição para a consolidação da democracia no Brasil.

Tenho a honra de pertencer ao quadro de servidores do Ministério da Cultura há quase dez anos, e de participar do processo de construção da ANCINE nos últimos quase sete anos, e gostaria de poder continuar contribuindo com ele, se for esse o entendimento das senhoras e senhores Senadores da República.

Obrigado.